

Behaviorismo Radical e Materialismo Eliminativo: uma crítica ao mentalismo¹

Radical Behaviorism and Eliminative Materialism: a criticism to mentalism

Marcus Vinicius de Matos Escobar

Bacharel em Psicologia pelas Faculdades Integradas do Norte de Minas Gerais – Funorte/FASI, Montes Claros-MG, Brasil.
Membro do grupo de pesquisa CEFIL - Centro de Estudos Filosóficos da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e
Mucuri - UFVJM, campus de Diamantina.

RESUMO

No presente artigo são investigadas as relações entre o Behaviorismo Radical e o Materialismo Eliminativo. A despeito de suas peculiaridades, esses dois programas têm em comum a crítica sistemática às explicações mentalistas da psicologia popular, reivindicando uma nova estrutura conceptual forjada em contexto científico rigoroso. Esse aspecto justifica a renúncia de ambos ao projeto reducionista da Teoria da Identidade, e por consistir no critério mais essencial ao Materialismo Eliminativo, permite que este prescindia do compromisso exclusivo com a neurociência como substituta da psicologia popular, abrindo espaço para que a ciência do comportamento de base behaviorista radical seja incluída ao projeto eliminativista.

Palavras-chave: Behaviorismo Radical; Eliminativismo; Materialismo; Psicologia Popular.

ABSTRACT

The relations between Radical Behaviorism and Eliminative Materialism are investigated. Despite its peculiarities, these two programs have in common the systematic criticism to the mentalists explanations of folk psychology, claiming a new conceptual structure built in a rigorous scientific context. This aspect jus-

✉ marcusvinicius.orion@hotmail.com

^{1.} A expressão “mentalismo” refere-se comumente às tentativas de explicar o comportamento em termos de estados, eventos ou causas mentais (Skinner, 1938/1966, 1953/2003). No entanto, esse termo por vezes recebe um escopo mais amplo na obra de Skinner, referindo-se a qualquer tipo de explicação do comportamento que recorra a causas e processos internos (o que inclui “causas cerebrais”), ou que recorra a qualquer outro domínio causal que extrapole o nível de análise comportamental (Skinner, 1938/1966, 1953/2003, 1957/1978.). No presente texto, essa expressão deverá ser entendida somente na primeira acepção para não comprometer o diálogo com o Materialismo Eliminativo que apesar de antimentalista, é simpático a explicações com base em causas internas neuronais.

tifies the rejection of both to the reductionist project of the Identity Theory, and as this is the most essential criteria of Eliminative Materialism allows it to ignore the exclusive commitment with neurosciences as a substitute of folk psychology, opening space for a radical behaviorist based behavior science to be included in the eliminative project.

Keywords: Radical Behaviorism; Eliminativism; Materialism; Folk psychology.

O PROGRAMA MATERIALISTA EM FILOSOFIA DA MENTE

No que se refere às teorias da mente, o materialismo sustenta, em termos gerais, que estados mentais são idênticos a entidades ou propriedades físicas, ou fundamentalmente realizados por entidades ou propriedades físicas (Kim, 1999). Entre as teorias materialistas, a mais simples é sem dúvida a reducionista ou, como é também conhecida, a Teoria da Identidade (Armstrong, 1993; Lewis, 1980, Place, 2002; Smart, 2002). Sua tese fundamental assevera que estados mentais são numericamente idênticos a estados cerebrais. Essa redução de estados mentais a estados neuronais pode ser, em tese, assegurada mediante uma identificação teórica passível de ser confirmada empiricamente (Place, 2002). Assim, tal como a química descobriu a identidade entre água e H₂O e a física a identidade entre calor e energia cinética média das moléculas, caberá à neurociência o papel de identificar a mente ao cérebro. Trata-se, portanto, de uma identidade *a posteriori*, em vez de analítica, já que não é passível de ser estabelecida por procedimentos meramente conceituais.

Há, entretanto, uma alternativa, ainda materialista, ao reducionismo, e de um modo geral ao princípio de que estados mentais são de alguma forma realizados por entidades ou propriedades físicas. A hipótese de que estados mentais simplesmente não

existem. Apesar de contraintuitiva, ao menos a princípio, esta hipótese ganhou força e culminou numa das mais influentes teorias materialistas da mente. Trata-se do Materialismo Eliminativo, ou simplesmente, Eliminativismo (Churchland, 1981/1990, 1988/2004, 1991, 1997, 1998; Feyerabend, 1963; Rorty, 1970).

O Eliminativismo compartilha da expectativa da Teoria da Identidade no avanço metodológico da ciência para decidir o problema mente-corpo, contudo não para efetivar uma redução teórica do vocabulário psicológico tradicional ao de uma teoria mais fundamental, mas para eliminá-lo. O Eliminativismo será examinado com mais minúcia ao lado de outra proposta materialista ao problema mente-corpo aderente a estratégias similares, qual seja, o Behaviorismo Radical. Para isto, serão postas em pauta algumas ponderações dos dois mais proeminentes defensores de cada abordagem, Paul M. Churchland (1942) e B. F. Skinner (1904-1990). Antes disso, o próximo passo é situar o Behaviorismo Radical no âmbito do materialismo.

No contexto behaviorista radical, considerações sobre categorias fundamentais que organizam e estruturam a natureza, e conseqüentemente o comportamento, podem ser concebidas como um exercício analítico-conceitual acerca de aspectos ligados ao comportamento que não são diretamente acessíveis

a um tratamento experimental. Para Skinner (1988), esse tipo de procedimento seria de ordem interpretativa e consiste na aplicação de termos e princípios científicos para discorrer acerca de fatos não acessíveis à observação direta². Tal exercício deliberativo trata-se de um comportamento verbal de natureza conjectural, a exemplo da interpretação comportamental da experiência privada avançada por Skinner (1945/1961b, 1957/1978, 1966, 1969a, 1974), ou mesmo da geração de pressupostos acerca da estrutura fundamental da natureza, caso em que se investiga a relação entre categorias verbais fornecidas pela melhor ciência disponível e a realidade exterior ao comportamento³, atividade à qual Skinner também se engajou como se pode constatar a seguir:

O behaviorismo começa com a hipótese de que o mundo é feito de apenas um tipo de substância – lidada com muito sucesso pela física. (...) Os organismos fazem parte desse mundo, e os seus processos são, por esse motivo, processos físicos. (Skinner, 1967, p. 325).

No que se refere aos eventos privados⁴ o behaviorista assevera que estes não se distinguem de eventos públicos em termos de natureza, mas apenas no modo como são acessados (Skinner, 1953/2003). Skinner torna isso bastante explícito ao afirmar que apesar de não ser pública, sua dor de dente é tão física quanto sua máquina de escrever (1945/1961b). Assim, o mundo público e o mundo privado da ex-

periência partilham, de acordo com Skinner, uma só natureza física.

Todavia, a adesão ao materialismo pelo Behaviorismo Radical não se encontra livre de controvérsias. Para Abib (2001, 2004), o materialismo seria insensível à natureza relacional do comportamento e por isso o behaviorismo radical deve se despojar por completo dessa visão de mundo, assumindo uma ontologia exclusivamente relacional. Lopes (2007), por sua vez, defende que tanto a interpretação materialista quanto a relacionista do Behaviorismo Radical são possíveis e que a plausibilidade de cada uma delas deve ser aferida em função das consequências decorrentes de sua adoção. Em contraponto às posições anteriores, Zílio (2010, 2012) busca uma síntese ao reunir as categorias substancial e relacional como estruturantes do comportamento, afirmando ser inadequado destituir uma em função da outra. Não obstante, assevera que especificamente “com relação à natureza substancial do mundo, o behaviorismo radical é *monista fisicalista*” (2012, p.116, itálicos acrescentados). Fugiria ao escopo do presente texto discutir em pormenores cada uma dessas posições, sendo suficiente o entendimento de que a interpretação materialista, no que respeita à substância constitutiva do mundo natural, mostra-se consistente com o behaviorismo skinneriano embora não lhe advenha como consequência lógica (como, aliás, é o caso das outras duas interpretações mencionadas).

² Em termos de uma filosofia naturalista como o Behaviorismo Radical, categorias conceituais, sejam acerca do mundo público ou privado, devem ser forjadas em ambiente experimental para que só depois sejam generalizadas para além do domínio empírico. Nesse sentido, afirmações a posteriori devem preceder afirmações a priori.

³ Isso de certa forma converge à concepção de ontologia (ou metafísica) de Strawson (1992/2002), segundo a qual o papel dessa atividade filosófica é discriminar quais são os conceitos e categorias mais gerais responsáveis por estruturar o pensamento e a experiência acerca da realidade.

⁴ O termo “evento privado” contém pelo menos duas acepções (Skinner, 1969a). O primeiro refere-se a qualquer evento interno diretamente acessível ao sujeito que o experimenta, mas que pode ser acessado de forma indireta por terceiros, como no caso de uma lesão interna, acessível em primeira pessoa via estimulação interoceptiva, mas também acessível em terceira pessoa mediante auxílio de instrumentos empíricos. Nesse caso, a diferença encontra-se apenas no tipo de acessibilidade ao evento. A segunda acepção diz respeito a qualquer evento que seja definitivamente privado, ou seja, somente acessível em termos de primeira pessoa, como por exemplo, a dor provocada pela lesão, em outros termos, o ato de senti-la.

Em vista dessas considerações, apesar de o objetivo fundamental do Behaviorismo Radical ser o de prover fundamentos conceituais e metodológicos para a predição e controle do comportamento, tarefa essa que não demanda compromissos ontológicos fortes, é possível caracterizá-lo como materialista. Tendo isso em vista, o que se depreende de início é que o primeiro ponto de convergência entre o Behaviorismo Radical e o Eliminativismo faz-se pela via do materialismo. Apesar de essa cosmovisão acomodar igualmente a Teoria da Identidade, é precisamente na medida em que se afastam dessa última que behavioristas radicais e eliminativistas encontram solo prolífero ao diálogo. Essa discrepância em relação à Teoria da Identidade repousa sobretudo no papel conferido à terminologia psicológica tradicional numa ciência da cognição e do comportamento devidamente amadurecida. Enquanto o projeto fundamental da Teoria da Identidade consiste numa redução, termo a termo, das expressões dessa terminologia popular às expressões de uma neurociência completa, e a uma conseqüente redução ontológica das entidades referidas no primeiro arcabouço, tal redução, como se verá adiante, não faz sentido aos programas behavioristas radical e eliminativista.

É A PSICOLOGIA POPULAR UMA TEORIA?

Por “psicologia popular” Churchland (1988/2004, 1990/1981, 1991, 1997, 1998)⁵ refere-se ao vernáculo psicológico ou matriz conceptual forjada ao longo da história para que as pessoas pudessem compreender e prever o comportamento umas das outras, aplicando termos como “consciência”, “crença”, “desejo” e “intencionalidade” ao comportamento e à cognição. Um aspecto fundamental à

proposta eliminativista é a concepção de que a psicologia popular não é simplesmente uma descrição espontânea que reflete a vida mental, mas cumpre o papel de uma teoria, sendo portanto passível de todas as virtudes e defeitos que uma explicação desse tipo pode agregar. “Não apenas a psicologia de senso comum é uma teoria, mas ela é tão obviamente uma teoria que devemos pensar que é um mistério só na segunda metade do século XX os filósofos terem percebido tal coisa.” (Churchland, 1981/1990).

Como qualquer outra teoria, a psicologia popular cumpriria uma função explicativa e preditiva, distinguindo-se das explicações científicas modernas apenas por se tratar de uma abordagem retrógrada, como a alquimia e a astrologia. Churchland (1981/1990, 1988/2004) faz notar que em geral as explicações da psicologia popular valem-se do mesmo tipo de estrutura dedutiva nomológica de explicações científicas, diferindo apenas pelo fato de que em vez de entidades e propriedades como elétrons, campos, massa, pressão, volume, vetores, etc., lançam mão sobre entidades mentais e estados intencionais. Isto pode ser explicitado nos exemplos abaixo:

1. (Para qualquer x , qualquer F e qualquer M): se x tem uma massa de M , e x sofre uma força de F , então x tem uma aceleração F/M .
2. (Para qualquer x e qualquer P): se x deseja que P , e x sabe que P , então x está contente que P .

De tal modo, a psicologia popular parece pressupor, ainda que implicitamente, uma rede de enunciados gerais que ligam estados mentais entre si para compor uma explicação inteligível da atividade humana

⁵ Para mais exemplos sobre a semelhança lógica entre as inferências da ciência e as da psicologia popular, ver Churchland (1988/2004, 1990/1981).

(Churchland, 1981/1990, 1988/2004, 1998). Esse vocabulário teria sido concebido ao longo de gerações para que as pessoas compreendessem e previssem em alguma medida o comportamento umas das outras, pois como qualquer teoria, suas categorias dão sentido aos fatos observáveis. Mas também como qualquer teoria, pode mostrar-se inadequada. Vale mencionar que a psicologia popular não precisa ter sido concebida intencionalmente como uma teoria, para funcionar como tal.

A ideia de que a psicologia popular é lógica e estruturalmente uma teoria representa solo fértil ao Behaviorismo Radical e merece ser explorada com mais profundidade na medida em que o programa skinneriano surge como antítese do mentalismo na Psicologia, contrapondo-se a programas tradicionais e bem consolidados nas abordagens psicodinâmicas, fenomenológicas e cognitivas, que se faram das categorias da psicologia popular. De fato Skinner já havia atentado para isto. “Não só o leigo recorre a esses procedimentos, pois muitos psicólogos de reputação usam similar sistema dualístico de explicação.” (Skinner, 1953/2003, p. 31).

Uma vez que esses programas tradicionais se escoram numa teoria mentalista elementar, a contestação dessa matriz pode conferir credibilidade à recusa dos métodos e constructos dessas abordagens, além de enfraquecer seus eventuais e frequentes ataques aos programas de orientação behaviorista. O fato é que, desde o início, Skinner também parece considerar a psicologia popular como uma teoria usada para explicar e prever o comportamento. O behaviorista alude que “milhões de pessoas recorrem a essas causas falsas em sua desesperada necessidade de entender o comportamento humano e manejá-lo com sucesso” (Skinner, 1953/2003, p. 25).

O ASPECTO ELIMINATIVISTA DA CRÍTICA SKINNERIANA AO MENTALISMO

De acordo com Churchland (1981/1990, 1988/2004, 1991), a razão mais imediata a favor de que a psicologia popular é imprópria jaz em sua ineficácia explanatória. Seu arcabouço conceitual falharia drasticamente em explicar o comportamento, a aprendizagem, o funcionamento da inteligência, da memória, da percepção, além de nada poder fazer para elucidar a etiologia dos transtornos psicopatológicos, tampouco fornecer formas de diagnóstico e intervenção eficazes. Por sua vez, Skinner (1974) assevera que ao difundir ficções explanatórias, essa abordagem não apenas se mostraria incapaz de prover previsões satisfatórias como pode neutralizar a curiosidade e a pesquisa científica. Assim sendo, “uma ciência do comportamento não pode esperar muito desses procedimentos.” (Skinner, 1953/2003, p. 32). Tendo em vista a obscuridade e pouca parcimônia própria à psicologia popular, torna-se manifesto o ceticismo de Skinner. O autor indaga:

Mas onde estão esses sentimentos e estados mentais? De que material são feitos? A resposta tradicional é que estão situados num mundo que não possui dimensões físicas chamado mente. Como pode um fato mental causar ou ser causado por um fato físico? (Skinner, 1974, p. 14).

Outro aspecto da impotência explanatória da psicologia popular apontado por Skinner (1953/2003) estaria no frequente uso de “causas internas conceituais”. Explicações desse gênero são comumente invocadas para dar conta de uma variedade de comportamentos típicos como quando se diz que uma pessoa come porque está faminta, que realiza tarefas intelectuais porque é inteligente ou que toca um

instrumento porque tem talento. Todavia, “a análise destas frases prova que não passam de meras descrições redundantes” (Skinner, 1953/2003, p. 33).

Além da manifesta deficiência explanatória, existe um argumento indutivo, extraído de uma longa e implacável lição da história da ciência (Churchland, 1981/1990, 1988/2004) e que está disponível a behavioristas e eliminativistas. Essa história mostra que as explicações de uma diversidade de fenômenos da natureza tiveram sua época de trevas, e só amadureceram em larga escala a partir de um amplo desenvolvimento teórico, metodológico e na medida em que progressivamente se despojavam de superstições e obscurantismos até culminarem numa constelação de ciências hoje bem constituídas. A Física deu um grande salto ao revisar seu antigo arcabouço aristotélico, forjando novos conceitos, como vácuo, pressão, inércia, aceleração, eletromagnetismo, gravidade entre outros tantos. Uma variedade de exemplos semelhantes pode ser encontrada na história da Biologia, da Química, Medicina, Astronomia, Meteorologia, que ao longo de seu desenvolvimento se viram forçadas a revisar suas terminologias de modo a descrever e manipular a natureza com maior eficiência, enquanto abandonavam conceitos obscuros como *eter*, *flogisto*, *calórico*, *vis viva*. A seguinte consideração de Skinner sintetiza essa situação:

A Astronomia começou como Astrologia. A Química como Alquimia. O campo do comportamento teve e ainda tem seus astrólogos e alquimistas. Uma longa história de explicações pré-científicas nos fornece uma fantástica cambulhada de causas que não têm outra função senão a de proporcionar, nos primeiros estágios da ciência, soluções espúrias a perguntas que de outro modo ficariam sem resposta. (1953/2003, p. 25).

No que concerne especificamente à explicação do comportamento, Skinner preserva a mesma posição, asseverando que a linguagem do vernáculo:

(...) é grosseira e obesa; seus termos se sobrepõem, atraem distinções desnecessárias ou irreais e estão longe de serem os mais convenientes no tratamento dos dados. Eles têm a desvantagem de serem produtos históricos, introduzidos por causa da conveniência do dia a dia ao invés da conveniência especial característica de um sistema científico simples. (1938/1966, p. 07). Nesse sentido, Churchland (1988/2004, p. 84) afirma que “no que toca a uma concepção precisa, seria um milagre se acertássemos logo da primeira vez, justamente em seu caso [da psicologia popular], quando fracassamos de modo tão deplorável em todos os demais.”. Posição quase idêntica parte de Skinner, segundo o qual “seria um milagre se tal conjunto de termos fosse válido numa ciência do comportamento, e nesse caso nenhum milagre ocorreu.” (Skinner, 1938/1966, p. 07, itálicos acrescentados). E completa:

Tão forte é o ímpeto de explicar o comportamento que os homens têm sido levados a antecipar o inquérito científico construindo teorias de causalção altamente improváveis. Esta prática não é rara na história da ciência. O estudo de qualquer objeto começa nos domínios da superstição. (Skinner, 1953/2003, p. 25).

Dessa forma, quer para o Behaviorismo Radical quer para o Eliminativismo, causas mentais estariam, enquanto explicação do comportamento, tal como o *flogisto* estaria para os processos de combustão ou o *calórico* aos fenômenos de mudança de temperatura e “perder muito tempo em redefinir

exatamente consciência, vontade, desejos, sublimação, etc. seria tão tolo quanto os físicos fazerem o mesmo com o *éter*, o *flogisto* ou a *vis viva*.” (Skinner, 1974, p. 21). Skinner assevera ainda que “o que é sentido ou introspectivamente observado não é um mundo não físico da consciência, da mente ou da vida mental, mas sim o próprio corpo do observador” (1974, p. 17). E endossa uma atitude eliminativista considerando que “se os eventos mentais ou psíquicos, afirma-se, não têm as dimensões características das ciências físicas, há uma razão adicional para rejeitá-los.” (Skinner, 1953/2003, p. 32).

Em vista dessas considerações, a estratégia eliminativista aparece como consequência natural às considerações de Skinner acerca da psicologia popular. Pois não se trata, nesse caso, de uma teoria passível de ser reduzida a outra mais fundamental, assim como poderia vislumbrar o teórico da identidade, mas de duas abordagens concorrentes acerca da natureza humana, caso se tome a psicologia popular em contraste com a ciência comportamental prescrita pelo Behaviorismo Radical. E tão bem quanto Churchland, Skinner resume a alternativa eliminativista ao reducionismo:

O organismo não está vazio, e é importante estudar o que ocorre dentro dele, mas a maioria dos fisiologistas está procurando as coisas erradas. Não importa o quanto melhorem suas técnicas, eles nunca irão encontrar sensações, pensamentos ou atos de vontade. (Skinner 1967, p. 325).

É POSSÍVEL NEGAR CONSISTENTEMENTE A PSICOLOGIA POPULAR?

A existência de semelhanças entre Behaviorismo Radical e Eliminativismo não apenas permite o diá-

logo, mas faz convergir, para ambos, gêneros análogos de críticas. A objeção que logo desponta é a de que qualquer proposta que conteste as categorias da psicologia popular deve ser incoerente por princípio já que a existência de estados mentais como crenças, desejos, intenções e dores seria autoevidente. Um simples exercício de introspecção revelaria a incontestável existência desses fenômenos. Essa objeção pode ser contornada. Churchland (1981/1990, 1988/2004) faz com que os críticos recordem que a percepção e a observação são atividades conceitualmente enviesadas. “O fato é que toda observação ocorre no contexto de um sistema de conceitos e que nossos juízos observacionais são apenas tão bons quanto o arcabouço conceitual no qual eles são emitidos.” (Churchland, 1988/2004, p. 86). Enfatiza ainda, que, na antiguidade, ao olharem para o céu, as pessoas “observavam” uma enorme esfera giratória a que chamavam de “firmamento” e que diante de mulheres que exibiam comportamento exótico, “enxergavam” bruxas (Churchland, 1988/2004). Situação análoga ocorreria quando as pessoas observam a própria experiência privada. As observações e interpretações de seus estados internos seriam tão confiáveis quanto o enquadre conceitual usado para discriminá-los. Assim, a diferença entre observar o mundo exterior e observar o mundo interior é que, neste último caso, a observação se dirige para “dentro”, mas em ambas as situações o ato de observar seria em grande parte enviesado por categorias e juízos culturalmente assimilados pelos observadores.

Nesses aspectos, a consciência introspectiva que uma pessoa tem de si própria parece muito semelhante à sua própria consciência perceptiva do mundo exterior. A diferença está em que, no primeiro caso, quaisquer que sejam os mecanismos de discriminação que se encontrem em operação, eles estão

ajustados a condições internas e não a condições externas. (Churchland, 1988/2004, p. 125).

Diante de tais considerações, se teorias incorretas podem conduzir a interpretações deturpadas e percepções viciosas do mundo circundante, podem igualmente levar as pessoas aos mesmos equívocos no que se refere à discriminação e interpretação de suas experiências privadas. Esta réplica eliminativista não apenas pode ser reaproveitada pelo Behaviorismo Radical como é em seu interior que acaba ganhando corroboração experimental e desdobramento teórico sistemático. A afirmação de Churchland, (1988/2004, p. 125) de que “a autoconsciência, evidentemente, tem um componente aprendido muito amplo”, ganha respaldo no modelo de seleção pelas consequências (aprendizagem operante), na interpretação comportamental dos eventos privados e na análise da função do comportamento verbal na discriminação consciente dos estados internos.

No Behaviorismo Radical “consciência” não difere das noções de “introspecção”, ou “autoconhecimento”, sendo concebida como um comportamento verbal através do qual o sujeito pode descrever o próprio comportamento, bem como as variáveis que o controlam (Skinner, 1953/2003, 1957/1978). Dessa forma, além de estímulos internos e externos, é o próprio comportamento que pode servir de estímulo discriminativo à emissão de respostas autodescritivas. Nesse sentido, quando dirigido a eventos privados, o comportamento pode envolver respostas verbais (públicas ou encobertas) aos “conteúdos” do ato discriminativo, e quando se dirige a si mesmo,

ou seja, ao próprio ato de estar consciente, corresponderia, de certa forma, à noção de “consciência reflexiva”.

A forma como esses eventos privados são conhecidos é aprendida⁶, em outros termos, modelada e mantida pela comunidade verbal. É a comunidade que, em última instância, arranja as contingências sociais que acabam por selecionar e reforçar o comportamento envolvido na introspecção (Skinner, 1945/1961b, 1957/1978, 1969a).

A comunidade está geralmente interessada no que um homem está fazendo, tem feito, ou planeja fazer, e nos motivos desta conduta; ela arranja contingências as quais geram respostas verbais que nomeiam e descrevem os estímulos externos e internos associados com estes eventos. (...). A ‘consciência’ resultante de tudo isto é um produto social. (Skinner, 1969a, p. 229).

Sendo aprendida, esse tipo de consciência pode envolver discriminação e descrição de eventos privados de forma similar como ocorre na discriminação e descrição de eventos públicos. Em vista disso, enquanto produtos socioverbais, não haveria nenhuma ligação essencial entre as convenções linguísticas e populares aprendidas para descrever a experiência privada e esta mesma experiência. De maneira que a psicologia popular seria um dos tantos enquadramentos conceituais possíveis para se interpretar o mundo privado estando sujeita a limitações e vícios históricos, não havendo assim maiores motivos para considerá-la insubstituível enquanto forma de “consciência”. Ressalta-se, ainda, que no contexto do Behavioris-

⁶ Embora Skinner dê maior ênfase à análise de formas verbais de consciência, em seu sentido lato esse termo pode abranger discriminações não aprendidas, portanto não verbais, caso em que pode ser estendido a outros tipos de organismo. Portanto, a noção de consciência em questão não é a mera experiência fenomenológica. Trata-se de estar consciente

mo Radical a linguagem convencional para tratar de eventos privados é ainda mais imprecisa e defeituosa que a linguagem convencional para tratar de eventos públicos, já que, além de não se tratar de um vocabulário modelado sob o controle de contingências metodológicas rigorosas (científicas), suas condições de acessibilidade, por não serem de escopo público, são menos precisas e muito mais “inferenciais”. “A despeito da intimidade de nossos próprios corpos, nós o conhecemos menos acuradamente do que conhecemos o mundo que nos cerca”. (Skinner 1972, p. 18).

Apesar das considerações acima, é possível lançar mão de mais um recurso no sentido de tentar novamente mostrar que a negação da psicologia popular é incoerente. O argumento sustenta que a crença que expressa a inexistência de estados mentais é precisamente isto, uma crença, e como tal é produto de outras crenças e outras atitudes proposicionais, como desejos e propósitos (Churchland, 1988/2004). Assim, se acaso for verdadeira a crença de que não há crenças, ela deverá ser ao mesmo tempo falsa. Desse modo, o eliminativista incorreria em franca contradição.

Esse argumento afetaria igualmente o behaviorista radical, para o qual crenças, intenções e desejos são produtos verbais destituídos de ontologia própria. Entretanto, o argumento é circular, já que pressupõe que as categorias da psicologia popular são as corretas, para daí inferir que não podem ser contestadas. Ocorre que nem Eliminativismo nem Behaviorismo Radical necessitam que a psicologia popular seja verdadeira, pois se estiverem corretos, a coerência de suas teses e o significado de suas afirmações terão origem em processos distintos (neurais e/ou comportamentais) em vez de em crenças, desejos, intenções ou quaisquer outras entidades do gênero. De tal modo, essa objeção só faz sentido, se for

sustentado, por petição de princípio, o próprio arcabouço que está sendo colocado em causa e só tem força no interior de sua própria rede de afirmações. “Se a psicologia popular não permite nenhuma negação coerente dela mesma dentro de seu próprio vocabulário teórico, uma nova estrutura psicológica não precisaria ter tal limitação no que se refere à negação da psicologia popular.” (Churchland, 1997, p. 09). E no que concerne ao Behaviorismo Radical, a psicologia popular não somente é rejeitada como fonte segura de explicação, como é tomada por objeto de estudo, fato que será elucidado mais adiante.

MATERIALISMO REVISIONISTA

Existe ainda uma crítica à proposta eliminativista que impõe dificuldades mais sólidas. Trata-se de objetar contra a ênfase exacerbada nos defeitos da psicologia popular, ao mesmo tempo em que se ignora seu, ainda que limitado, potencial para prover alguma compreensão da atividade humana (Churchland, 1988/2004). É perfeitamente possível que a ciência venha a eliminar no futuro boa parte do arcabouço conceptual da psicologia popular, ou mesmo lhe impor alguma reforma, mas pode parecer exagero pensar na viabilidade de uma eliminação integral. Nesse caso, a Teoria da Identidade torna a ser vista como cabível, já que a contraparte não eliminada pode ser alvo de redução. Todavia, essa crítica não precisa ser encarada como um obstáculo severo, mas antes como indicativo de que o Eliminativismo pode ser formulado de forma mais amena e, dessa forma, abrir algum espaço ao reducionismo. Afinal, como reconhece Churchland (1988/2004), o Eliminativismo e o Reducionismo não precisam ser vistos como mutuamente excludentes, mas como possibilidades científicas intercaláveis num quadro em que se podem dar casos de eliminação parcial e

redução parcial. Assim, o eliminativista estará disposto a aceitar que o que não for passível de eliminação pode ser reduzido. A esta posição eliminativista mais branda Churchland (1988/2004, 1997) refere como “Materialismo Revisionista”.

Em princípio, o Behaviorismo Radical pode se portar de forma parecida, admitindo que aqueles estados e eventos que resistem a uma descrição exclusivamente comportamental possam ser identificados (reduzidos) a estados e eventos do corpo. E de fato é o que Skinner parece admitir ao aludir que “os eventos observados através da introspecção são fisiológicos (todo comportamento é fisiológico)” (Skinner, 1979, p. 295). Admite, ainda, que “o que nós observamos introspectivamente, assim como o que sentimos, são estados do nosso corpo.” (Skinner, 1975, p. 44). Além disso, Skinner (1974) assente que certos termos mentais possam servir como pistas para se articular alguma previsão do comportamento, embora em si mesmos não possam servir de explicação acurada. Isto mostra que mesmo em relação à Teoria da Identidade não existe uma completa desconexão por parte do Eliminativismo e do Behaviorismo Radical. Todavia, esse aspecto precisa ser considerado cuidadosamente.

O reducionismo não segue muito adiante no Behaviorismo Radical, uma vez que existe uma diferença conceitual entre “o que é sentido” e o “ato de sentir” (Abib, 1982; Tourinho, Teixeira, & Maciel, 2000). O primeiro, como já foi dito por Skinner, reduz-se a estados do corpo, e nesse caso o Behaviorismo Radical recorre ao critério de identidade, mas o segun-

do é comportamento, um comportamento discriminativo, e como tal não pode ser reduzido⁷ a estados fisiológicos, já que, à luz do Behaviorismo Radical, o comportamento é pensado como um processo que deve sempre pressupor as ações de um organismo historicamente modificado por contingências filogenéticas e ontogenéticas, em relação a um quadro de referência (Skinner, 1966/1938; 1969a). Violar esta relação funcional trairia o próprio conceito de comportamento. De qualquer forma, no que concerne aos eventos privados, para qualquer deles que não possa ser descrito como comportamento, a redução é caminho legítimo no Behaviorismo Radical.

TENSÕES ENTRE BEHAVIORISMO RADICAL E ELIMINATIVISMO

A despeito das semelhanças, alguns desencontros certamente ocorrem entre os dois programas, importando saber até que ponto essas desconexões são significativas. Certamente, a discrepância mais imediata entre o Eliminativismo e o Behaviorismo Radical jaz na escolha do arcabouço adequado para destituir a psicologia popular. Tradicionalmente o Eliminativismo elege a neurociência como a teoria adequada enquanto o Behaviorismo Radical reivindica esse posto à psicologia analítico-comportamental. Neste aspecto não existe chance de conciliação, já que além de o comportamento não ser redutível a processos nervosos, o gênero de explicações preconizado no Behaviorismo Radical é significativamente distinto. A neurociência provê explicações internalistas e seu aparato conceptual faz referência a estruturas, substâncias e entidades

⁷ No início de sua produção intelectual Skinner (1938/1966, 1947/1961a) mostrava-se simpático ao reducionismo integral, partindo do comportamento à microfísica. Entretanto, a possibilidade de reducionismo foi deixada de lado em futuras obras na medida em que se tornava mais forte a convicção de que o comportamento é estruturado por suas próprias leis, o que pressupõe seu próprio nível de análise. Além disso, ainda que se admita o reducionismo ontológico, disso não parece se seguir o reducionismo explanatório, o que significa que a Psicologia não precisa recorrer ao aparato linguístico de outra ciência mais elementar para estudar o comportamento. Também nesse caso, o projeto de uma psicologia autônoma estaria igualmente assegurado.

como neurônios, circuitos nervosos, potenciais de ação, neurotransmissores, etc. Por sua vez, a psicologia analítico-comportamental, em decorrência de sua orientação behaviorista radical, provê explicações ambientalistas⁸ e históricas, em termos de relações funcionais e probabilidades condicionais (contingências), priorizando a relação organismo-ação-ambiente. Isto acaba interditando a tentativa de realizar uma tradução interteórica sem perda expressiva de significado entre as categorias de análise desses dois sistemas, de forma que uma empreitada reducionista de uma ciência comportamental em direção a uma ciência do cérebro mostra-se inócua. Não obstante, esta interdição ao reducionismo teórico se faz por motivos distintos daquele da psicologia popular, uma vez que, nesse caso, não se trata de uma teoria anacrônica e forjada sem rigor a ser reduzida a uma teoria mais sofisticada, mas de duas ciências igualmente rigorosas que, no entanto, se detêm em níveis distintos de análise, o que em si também não as torna rivais.

Outro aspecto distintivo é que enquanto a posição eliminativista convencional, à semelhança da Teoria da Identidade, aposta no futuro, cultivando um otimismo no advento de uma neurociência completa para que se efetue a substituição da psicologia popular, o Behaviorismo Radical, por sua vez, orienta um sólido programa de pesquisa em análise experimental e aplicada do comportamento que já se constituiu há décadas como uma ciência psicológica alternativa às propostas mentalistas tradicionais. Assim, a acusação de que o Eliminativismo cultiva um otimismo exacerbado na evolução futura da ciência, baseando-se em expectativas incertas, não alcança o Behaviorismo Radical.

Importa salientar agora, que os desencontros até aqui avaliados não se mostram tão significativos quanto parecem, já que se aplicam a aspectos não essenciais à tese eliminativista, não havendo motivo para se apontar inconsistências agudas com o Behaviorismo Radical. Assim como Churchland (1997) assevera que a psicologia popular não pode ser aceita *a priori* como o arcabouço correto e definitivo para a explicação da cognição e do comportamento, o mesmo se aplica à neurociência. No contexto eliminativista, parece mais razoável antes de apontar, precocemente, uma ou outra teoria substituta, permitir que o próprio desdobramento da pesquisa científica forneça o veredicto sobre qual é a teoria mais adequada, devendo a disputa entre teorias ser decidida em favor daquela que apresenta mais vantagens e sucesso empírico em relação a suas rivais. Esta inclusive é uma cláusula para escolha de teorias anuída por Churchland (1979). Vale ressaltar que esta cláusula pode se acomodar à análise behaviorista radical do comportamento científico. Nesse sentido, a teoria substituta (neurocientífica, ou comportamental), seria uma cujo aparato conceptual fosse, de acordo com a análise de Skinner (1953/2003), construído sob o controle de contingências socioverbais assim como a psicologia popular, mas no seio de uma comunidade bastante peculiar, a científica, a única, a princípio, capaz de arranjar as contingências para o controle rigoroso da seleção dos termos e explicações que compõem o comportamento verbal dos cientistas (o conhecimento científico).

Esse descompromisso prévio em relação à neurociência não representa, contudo, nenhum empecilho

⁸ Importa esclarecer que o conceito de ambiente no Behaviorismo Radical inclui "qualquer evento no universo capaz de afetar o organismo" (Skinner, 1953/2003, p. 257). De forma que a dicotomia interno/externo não faz sentido nesse caso.

ao eliminativista, já que a neurociência, apesar de ser a proposta mais imediata, talvez por seu sucesso e expansão nas últimas décadas, não pode ser vista como a única opção viável, uma vez que a tese essencial do Eliminativismo é razoavelmente neutra e assevera apenas que o arcabouço teórico substituído poderá ser consistente inclusive com sistemas conceituais não naturalísticos, mas que será tão semelhante à psicologia popular quanto a Química é em relação à Alquimia. (Churchland, 1990). Portanto, o Eliminativismo, de acordo com os próprios critérios de Churchland (1997, 1990), é consistente não apenas com a neurociência, mas com qualquer outro sistema que possa providenciar explicações empiricamente adequadas e mais satisfatórias que as da psicologia popular.

Assim sendo, o eliminativista não terá qualquer problema caso o programa comportamental delineado pelo Behaviorismo Radical seja eleito em vez da neurociência, ou mesmo que divida, com esta, parte da explicação. Churchland inclusive vê certa simpatia no programa behaviorista admitindo poder “ser uma opção prudente para o estabelecimento de novos termos teóricos” (1988/2004, p. 52) e no que concerne especificamente ao behaviorismo skinneriano assevera que “o programa de pesquisa behaviorista continua sendo uma opção autêntica, e seria um erro descartar, sem mais, suas versões recentes” (Churchland, 1988/2004, p. 150). Cabe igualmente salientar que a recusa a explicações internalistas pelo Behaviorismo Radical não representa uma rejeição global à participação da neurociência numa explicação integral do comportamento. Conforme Skinner (1963, p. 957) “o fisiologista estuda estruturas e processos sem os quais o comportamento não poderia ocorrer” e que “não há dúvidas sobre a existência de órgãos dos sentidos, nervos e cérebros

ou sobre suas participações no comportamento.” (1969b, p. 25).

Uma última tensão que pode ser invocada na tentativa de obstruir o diálogo fértil com o Eliminativismo, reside no fato de que no Behaviorismo Radical boa parte do vocabulário vernacular é mantida. Termos como “intenção”, “consciência”, “propósito”, “pensamento” etc., podem ser preservados numa análise behaviorista radical. A princípio isto pode insinuar que existe no Behaviorismo Radical uma tentativa de reduzir a psicologia popular, desta vez ao arcabouço da ciência comportamental. Todavia, esta impressão é logo dissuadida. Em vez de denotar entidades e propriedades internas, como nas abordagens mentalistas, esse vocabulário é diluído em termos de relações de controle. Desse modo, termos psicológicos podem ser mantidos não por possuírem força explicativa, já que são eles o alvo da explicação, mas porque interessa saber que tipo de condições controlam a sua emissão. Esse controle seria efetuado pelos próprios significados dos termos em uso. Contudo, “significados”, de acordo com Skinner (1945/1961b, 1957/1978), em vez de entidades, propriedades ou conteúdos mentais, seriam as próprias variáveis controladoras, as circunstâncias nas quais os termos são emitidos. E no que concerne aos termos de carga intencional, estes seriam descrições vernaculares dessas circunstâncias, que nesse caso, referem-se àquelas responsáveis pelo controle do comportamento verbal auto-descritivo (a consciência), que se exprime quando o sujeito procura descrever em termos de motivos, propósitos e crenças, as condições que determinam o curso de sua ação (Skinner, 1969a), ou em outras palavras, quando descreve seu comportamento “em função de” ou “acerca de” algo, sendo esse algo, as contingências que controlam o comportamento

operante, comportamento este, que de acordo com Skinner “é o verdadeiro campo do propósito e da intenção” (1974, p. 55).

Como se nota, não há redução do vocabulário mentalista ao vocabulário comportamental, mas uma explicação comportamental do uso do primeiro vocabulário. E uma vez não existindo diferença substancial entre eliminar um vocabulário, e manter o seu léxico para fins operacionais, despojado de seus antigos significados e compromissos ontológicos, não existe também, a partir disso, maiores razões para invocar uma ruptura severa entre o Behaviorismo Radical e o Eliminativismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despeito de suas peculiaridades, Behaviorismo Radical e Eliminativismo convergem, e inclusive fundaram-se, a partir da crítica à psicologia popular como fonte fiável de explicação da atividade humana. É também precisamente nesse sentido que se faz nítida a renúncia desses dois programas ao projeto reducionista da Teoria da Identidade. Com efeito, considerando ser a psicologia popular um vocabulário de senso comum, concebido sem rigor metodológico e sistematicidade, constitui tarefa hercúlea, quicá impraticável, tentar estabelecer uma redução termo a termo, de suas categorias mentalistas às de uma ciência moderna seja do cérebro, seja do comportamento. Esperar, assim, que uma ciência forjada segundo os cânones de uma metodologia rigorosa possa no futuro implicar rigorosamente os princípios, categorias e proposições de um vocabulário defasado parece inviável, o que ao menos a princípio torna a estratégia eliminativista (seja pautada na neurociência, seja na ciência comportamental) mais tangível do que o projeto reducionista.

Todavia, será realmente possível uma explicação integral da natureza humana em termos puramente neuronais e/ou comportamentais? Isto é, que inclua as qualidades fenomenológicas da experiência, bem como aqueles estados comumente referidos como intencionais? Para muitos filósofos e cientistas que se ocupam do problema mente-corpo, essa é uma questão que eliminativistas e behavioristas ainda não responderam por definitivo. Para estes últimos, porém, é possível que tal problema não se imponha, ou que ao menos esteja posto de maneira incorreta, uma vez tendo sido formulado na base de um vocabulário antiquado. É, pois, com esse pressuposto, qual seja, o de que a psicologia popular é explicativamente estéril, que eliminativistas e behavioristas radicais pretendem justificar a confecção de uma nova matriz conceptual, adaptada aos cânones da ciência empírica e com maior capacidade preditiva. Sem dúvida, esse é o eixo mais fundamental de intercâmbio entre Eliminativismo e Behaviorismo Radical, visto que, além de justificar a renúncia de ambos ao projeto reducionista da Teoria da Identidade, permite que o Eliminativismo prescindia do compromisso exclusivo com a neurociência como substituta do vernáculo psicológico, abrindo espaço para que a ciência do comportamento de base behaviorista radical possa se integrar ao projeto eliminativista.

REFERÊNCIAS

- Abib, J. A. D. (1982). Skinner, Materialista Metafísico? “Never Mind, no matter”. Em: B. Prado Júnior (Org.). *Filosofia e Comportamento*. pp. 92-109. São Paulo: Brasiliense.
- Abib, J. A. D. (2001). Arqueologia do behaviorismo radical e o conceito de mente. In H. J. Guilhardi, M. B. B. P. Madi, P. P. Queiroz & M. C. Scoz (Eds.). *Sobre o comportamento e*

- cognição: Vol. 7. Expondo a variabilidade* (pp. 20-35). Santo André, SP: ESETec Editores Associados.
- Abib, J. A. D. (2004). O que é comportamentalismo? In M. Z. Brandão, *et al.* (Ed.), *Sobre comportamento e cognição: Sobre comportamento e cognição: Vol. 13. Contingências e metacontingências: Contextos sócioverbais e o comportamento do terapeuta* (pp. 52-61). Santo André, SP: ESETec Editores Associados.
- Armstrong, D. (1993). *A materialist theory of the mind*. 2a ed. London: Routledge.
- Churchland, P. M. (1979). *Scientific Realism and the Plasticity of Mind*. Cambridge: Cambridge University Press
- Churchland, P. M. (1990). Eliminative materialism and the propositional attitudes. In W. Lycan (org.), *Mind and Cognition*. pp. 206-223. Oxford: Blackwell (Original published in 1981).
- Churchland, P. M. (1991). Folk psychology and the explanation of human behavior. In J.D. Greenwood (org.), *The Future of Folk Psychology: Intentionality and Cognitive Science*. pp. 51-69. Cambridge: Cambridge University Press.
- Churchland, P. M. (1997). Folk psychology. In S. Guttenplan (org.), *A Companion to the Philosophy of Mind*. pp. 308-316. New York: Oxford University Press.
- Churchland, P. M. (1998). Folk Psychology and Eliminative Materialism. In: *On the Contrary: Critical Essays*. London: Cambridge, The MIT press, p. 1-17.
- Churchland, P. (2004). *Matéria e consciência: uma introdução contemporânea à filosofia da mente*. Tradução organizada por M. C. Cescato. São Paulo: UNESP. (Original publicado em 1988).
- Feyerabend, P. (1963). Materialism and the Mind-Body Problem. *Review of Metaphysics*, Vol. 17.
- Lewis, D. (1980). Psychophysical and theoretical identifications. *Readings in Philosophy of Psychology*. Vol. 1. In Block (org.) pp. 207-215.
- Lopes, C. E. (2008). O conceito de estímulo no behaviorismo radical: esboço de uma interpretação pragmatista. In Silva, W. C. M. P. (Org.). *Sobre comportamento e cognição: reflexões teórico-conceituais e implicações para pesquisa*. (v. 20, pp. 96-100). Santo André, SP: ESETec Editores Associados.
- Kim, J. (1999). Physicalism. In: Wilson, R.; e Keil, F. (Eds.). *The MIT encyclopedia of the cognitive sciences*. pp. 645-647. Cambridge: The MIT Press.
- Place, U. T. (2002) Is Consciousness a Brain Process? In: LYONS, W. (Org). *Modern Philosophy of mind*. London: Ed. Everyman, p. 106-113.
- Rorty, R. (1970). In Defense of Eliminative Materialism. *Review of Metaphysics*, Vol. 24.
- Skinner, B. F. (1961a). Current trends in experimental psychology. In: *Cumulative Record: A Selection of Papers*. 2. ed. New York: Appleton-Century-Crofts. p. 223-241. (Original published in 1947).
- Skinner, B. F. (1961b). The operational analysis of psychological terms. In B. F. Skinner (Ed.), *Cumulative record: a selection of papers* (2ª ed., pp. 272-286). New York: Appleton-Century-Crofts (Original published in 1945).
- Skinner, B. F. (1963). Behaviorism at fifty. *Science, New Series*, 140(3570), 951-958.
- Skinner, B. F. (1966). *The Behavior of Organisms: An Experimental Analysis*. New York: Appleton-Century-Crofts. (Original published in 1938).
- Skinner, B. F. (1967). The problem of consciousness – a debate. *Philosophy and Phenomenological Research*, 27(3), 325-337.
- Skinner, B. F. (1969a). *Contingencies of reinforcement: a theoretical analysis*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1969b). The machine that is man. *Psychology Today*, 2, 20-25, 60-63.

- Skinner, B. F. (1972). Humanism and behaviorism. *The Humanist*, v.32, p. 18-20.
- Skinner, B.F. (1974). *Sobre o Behaviorismo*. Tradução organizada por M. P. Villalobos. São Paulo: Cultrix.
- Skinner, B. F. (1978). *Comportamento Verbal*. Tradução organizada por M. P. Villalobos. São Paulo: Cultrix. (Original publicado em 1957).
- Skinner, B. F. (1979). *The shaping of a behaviorist: part two of an autobiography*. New York: Alfred A. Knopf.
- Skinner, B. F. (1988). In A. C. Catania, & S. Harnad (Eds.), *The selection of behavior: the operant behaviorism of B. F. Skinner: comments and consequences*. New York: Cambridge University Press.
- Skinner, B. F. (2003). *Ciência e Comportamento Humano*. Tradução organizada por C. T. R. Azzy, 11. ed. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em in 1953).
- Smart, J. J. C. (2002). Sensations and Brain Processes. In: LYONS, W. (Org). *Modern Philosophy of mind*. London: Ed. Everyman, p. 106-113.
- Strawson, P. F. (2002). *Análise e metafísica: uma introdução à filosofia* (Trad. Armando Mora de Oliveira), São Paulo: Discurso Editorial. (Original publicado em 1992).
- Tourinho, E.Z., Teixeira, E. R., & Maciel, J. M. (2000). Fronteiras entre Análise do Comportamento e Fisiologia: Skinner e a Temática dos Eventos Privados. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13 (3), pp. 425-434.
- Zilio, D. (2010). A Natureza Comportamental da Mente: behaviorismo radical e filosofia da mente. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Zilio, D. (2012). Relacionismo Substancial: A Ontologia do Comportamento à Luz do Behaviorismo Radical. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28, 109-118.

Artigo submetido em 3 de julho de 2013
Encaminhado para revisão em 10 de outubro de 2013
Aceito em 28 de janeiro de 2014